03/02/2016 - Exigências ambientais em infraestrutura devem manter o mercado de seguros aquecido para 2016

Oportunidades surgem por conta de maior rigor nas concessões de infraestrutura, que exigem cobertura para mitigar custos e cobrir danos

O adiamento das concessões de rodovias para 2016 abre uma grande oportunidade para o setor de seguros no Brasil. Por se tratarem de importantes pilares das obras de infraestrutura de que o país necessita e terem como característica grande impacto para o entorno onde são realizadas, elas impulsionam a demanda por contratação de seguros para cobrir esses riscos. "A legislação e todas as exigências contratuais para essas concessões motivam empresas, acionistas e investidores a serem mais cuidadosos, pois no caso da concessão de rodovias, grande parte das licitações para essas obras de potencial poluidor pode exigir a contratação de seguro ambiental, o que deve impulsionar esse tipo de modalidade", afirma Clemens Freitag, diretor de Infraestrutura e Engenharia da Aon.

De acordo com executivo, o mercado de seguro ambiental deve movimentar pouco mais de R$ 40 milhões até o final deste ano, com tendência de aumento significativo devido ao recente acidente ambiental das barragens da Samarco. A tragédia ambiental gerou um alerta da necessidade do seguro para as empresas, bem como a possibilidade de obrigatoriedade legal de contratação de Seguro Ambiental para as barragens de mineração no Novo Código de Mineração, que está em tramitação na Câmara dos Deputados. "Outra obrigação legal que impacta na maior contratação de seguros é a fiscalização mais rigorosa da Política Nacional de Resíduos Sólidos que instituiu a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos, fazendo com que empresas que atuam em obras com grande produção de resíduos passem a contratar mais os seguros", destaca ele.

Freitag chama atenção ainda aos riscos das operações de infraestrutura que devem ser mitigados para evitar perdas financeiras, já que o investidor está receoso com o momento econômico. "Existem medidas que podem ser muito importantes, como a Gestão de Risco de Projeto que visa ajudar as empresas na mitigação dos riscos e nas perdas financeiras ao longo das etapas de construção de uma rodovia, por exemplo. Assim como o Seguro Performance Bond e Garantia Financeira, que assegura o cumprimento do contrato, cobrindo prejuízos decorrentes da falta de pagamento do contratante de obrigações assumidas, fornecimento ou prestação de serviços", explica.

O executivo alerta, ainda, para acontecimentos inesperados envolvendo concessões deinfraestrutura viária que são cobertos pelos seguros exigidos pelo poder concedente. "Se ocorrer a queda de um viaduto em uma estrada administrada por meio de concessão, por exemplo, o fato gera interrupção do tráfego e, consequentemente, a diminuição de receitas, já que por um tempo não há cobrança de pedágio. O seguro certamente seria de extrema valia nesse tipo de acontecimento, pois daria ao investidor mais tranquilidade por proteger a perda financeira", destaca Clemens Freitag.

Cenário atual

A segunda etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL), do governo federal, estima a concessão de 7 mil quilômetros com investimentos da ordem de R$ 66,1 bilhões apenas para as estradas.

“Cerca de 77% desse montante são direcionados para novas concessões de rodovias que serão realizadas até 2016, sobrando apenas 23% para as concessões que já existem. Em outras palavras, ainda há muito a se fazer”, explica o diretor deInfraestrutura e Engenharia da Aon.

No cenário de infraestrutura do Brasil como um todo, existe uma demanda de investimentos que só devem crescer em 2017, quando a confiança no país for mais bem percebida pelos investidores. “O Brasil destina apenas 2% do seu PIB, valor considerado menos da metade em comparação com outros países em desenvolvimento, por isso, as companhias precisam enxergar oportunidades que possam ser plantadas hoje e colhidas amanhã”, complementa Clemens Freitag.

Misasi Relações Públicas